

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.540 - MA (2018/0161401-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**REQUERENTE** : GILBERTO ALVES DE ALMEIDA  
**ADVOGADO** : CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA E OUTRO(S) - MA006274  
**REQUERIDO** : CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO E OUTRO(S) - SC012049

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM. ANULAÇÃO DA DECISÃO ANTERIORMENTE PROFERIDA. CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. MATÉRIA DE DIREITO PÚBLICO. DETERMINAÇÃO DE REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS.

**DECISÃO**

GILBERTO ALVES DE ALMEIDA (GILBERTO) promoveu ação reparatória de danos materiais e morais em contra de CONSÓRCIO ESTREITO DE ENERGIA - CESTE (CONSÓRCIO ESTREITO), sob a alegação de que é pescador profissional artesanal tendo sido prejudicado com a implantação do empreendimento constituído pela hidrelétrica de Estreito.

Em primeira instância, o d. Juízo acolheu a preliminar de prescrição (e-STJ, fls. 512/513).

Irresignado, GILBERTO interpôs apelação, que foi improvida pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DANOS AMBIENTAIS. USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO FEITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APELO IMPROVIDO.*

*I - A demanda gira em torno da instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito, aplicando-se o entendimento de que, embora se reconheça a imprescritibilidade das ações coletivas para a tutela do meio ambiente, cujos direitos são difusos, aplica-se o prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil, eis que se busca a reparação de interesses de cunho individual e patrimonial, ou seja, é uma pretensão indenizatória.*

*II - Sobre o tema, o STJ vem se manifestando afirmando que em demandas concernentes à pretensão indenizatória em virtude de instalação de usina hidrelétrica, o prazo prescricional começa a contar com o enchimento do reservatório, sendo seguido pelos*

*Tribunais Pátrios, inclusive por este Tribunal.*

*III - O termo inicial da prescrição da pretensão é o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito, que ocorreu em dezembro do ano de 2010. A presente demanda, por sua vez, foi ajuizada em 28.07.2016, conforme protocolo à fl. 01, restando fulminado pela prescrição de 03 (três) anos, previsto no art. 206, §3º, V do Código Civil.*

*IV - Agiu acertadamente o togado singular ao, acolhendo a preliminar de prescrição arguida pelo ora Apelado, extinguir o feito. Todavia, aplica-se o art. 487, II, que determina que haverá resolução de mérito quando o juiz decidir sobre a ocorrência de prescrição.*

*V - Apelo improvido. (e-STJ, fls. 591/592).*

Os embargos de declaração opostos por GILBERTO foram rejeitados (e-STJ, fls. 638/646).

Inconformado, GILBERTO interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, c, da CF, indicando dissídio jurisprudencial acerca do art. 206, § 3º, V, do CC/2002, tendo por paradigmas precedentes dos Tribunais de Justiça dos Estados do Paraná e de São Paulo e também desta Corte Superior quanto ao termo inicial da prescrição da pretensão de reparação dos danos resultantes de instalação de usina hidrelétrica sobre terceiros.

Admitido o apelo nobre na origem.

Em petição nº 00387176/2018 GILBERTO alega a incompetência da 4ª Turma para julgar o feito (e-STJ, fls. 737/742).

Em decisão monocrática, determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que permaneça suspenso até a publicação do acórdão representativo da controvérsia, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do NCPC, observando-se, logo após, o expediente previsto nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do citado diploma processual, nos termos da seguinte ementa:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. INSTALAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. PREJUÍZO CAUSADO A TERCEIROS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. QUESTÃO AFETADA COMO REPRESENTATIVA DA CONTROVÉRSIA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM (e-STJ, fl. 747 - com destaque no original).**

Dessa decisão GILBERTO após embargos de declaração alegando (1) contradição por não haver similitude entre as demandas sobre o rito repetitivo e o objeto

questionado no presente feito, o que desautoriza a suspensão da tramitação do processo; e, (2) que os recursos foram afetados unicamente ao empreendimento UHE no Rio Manso.

Em decisão monocrática da minha relatoria recebi os aclaratórios como regimental determinando a complementação das razões recursais (e-STJ, fl. 776).

Na complementação das razões recursais GILBERTO repisa os argumentos trazidos nas razões dos embargos de declaração (e-STJ, fl. 779/782).

Houve impugnação ao recurso (e-STJ, fls. 766/767, 769/771 e 787/792).

É o relatório.

DECIDO.

**Chamo o feito à ordem**, a fim de anular o processo a partir da decisão proferida às fls. 747/750, pelo motivos que passo a expor.

Por intermédio da petição nº 00387176/2018 GILBERTO alegou a incompetência da 4ª Turma para julgar o feito, em razão da discussão envolver indenização do Estado, pois o agravado executa serviço mediante concessão pública.

Nesse contexto, por tratar de matéria de direito público, a apreciação do presente recurso foge à competência desta 2ª Seção, a teor do disposto no art. 9º, § 1º, I, III e XIV, do RISTJ.

A propósito, confira o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. USINA HIDRELÉTRICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU QUANDO HÁ JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA SOBRE O TEMA). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - O entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em*

*confronto com a orientação desta Corte, segundo o qual, o curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata.*

*III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*IV - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.*

*V - Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção acerca do tema (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).*

*VI - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.*

(AgInt no REsp 1.720.316/MA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. 15/5/2018, DJe 18/5/2018)

Assim, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais, para a redistribuição dos autos a uma das Turmas da 1ª Seção desse Tribunal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator